

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Conclusão do processo de classificação do “Sistema de Captação do Abastecimento de Água do Século XVIII à cidade de Braga - Sete Fontes de S. Victor”

Destinatário: Ministério da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Fez no passado dia 29 de Maio sete anos que foi assinado o despacho de homologação da classificação do Sistema de captação de Abastecimento de Água do Século XVIII à cidade de Braga, conhecido por "Sete Fontes", como monumento nacional.

Decorridos todos estes anos, este complexo, tão acarinhado pelos bracarenses, tem sido objecto de muitas ameaças, a começar pelos interesses urbanísticos e a terminar nos acessos ao novo Hospital de Braga.

A 30 de Outubro de 2009, a Câmara Municipal de Braga colocou, finalmente, à discussão pública, a Zona Especial de Protecção (ZEP) de “Sete Fontes”, documento fundamental para consolidar o estatuto de protecção daquele monumento e última peça necessária para concluir o processo de classificação.

Volvidos todos estes meses, a verdade é que a ZEP de Sete Fontes continua por publicar. E se, é sabido que a homologação não caduca até final do ano, tal como chegou a ser temido pelos muitos defensores do monumento, a verdade é que, se até final do ano não for publicada em Diário da República a a Zona Especial de Protecção, a protecção deste complexo ficará necessariamente abalada pois ficará sujeita ao que é referido genericamente na lei, ou seja uma ZEP de apenas 50 metros em redor do complexo.

É igualmente sabido que aquando do período de consulta pública da proposta de ZEP, que

decorreu durante o mês de Novembro de 2009, foram recebidas várias reclamações de proprietários privados, reclamações essas que não foram atendidas pela Direcção Regional da Cultura do Norte, que manteve a sua proposta inicial.

O processo foi então enviado, em Março passado, para o Conselho Consultivo do IGESPAR a quem cabe o parecer final, antes de ser remetido a despacho e ser finalmente publicado.

Tendo em conta a singularidade e a importância daquele património, bem como as sucessivas ameaças que sobre a sua preservação pairam, afigura-se, no mínimo, estranho, que o Conselho Consultivo do IGESPAR não tenha dado andamento ao processo, sabendo-se de antemão que o seu arrastamento para depois do final do ano, implica uma enorme perda para a protecção de que "Sete Fontes" tanto precisa.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento de que a proposta de criação da ZEP de Sete Fontes está há seis meses em apreciação pelo Conselho Consultivo do IGESPAR?
2. Considera o Governo que a aprovação urgente da ZEP de "Sete Fontes", constitui uma prioridade para acautelar a preservação daquele importante Complexo?
3. Que medidas pensa o Governo tomar para que a ZEP de "Sete Fontes" seja publicada e, desta forma, concluído o processo de classificação de Sete Fontes que já dura há mais de sete anos?

Palácio de São Bento, 9 de Setembro de 2010.

O Deputado

Pedro Soares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
